

O REGIONALISMO COMO TRADIÇÃO DISCURSIVA REVISITADA

Silvina Carrizo
UFF

Na gênese do conceito de regionalismo achamos o termo “região” (*regio*) que representa o ato de autoridade do rei, que pela força da verdade da lei age como ato de conhecimento. Tal como o descreve Bourdieu, resulta da introdução de uma descontinuidade decisória na continuidade histórica; é um dispositivo que instaura o princípio da di-visão, pois ao mesmo tempo em que se colocam novas fronteiras, separando alguma coisa que pertencia a outra, deve se impor uma definição, sua própria representação, como um ato de percepção e apreciação não apenas dirigido à região, mas também, e muito em especial, aos outros perante os quais se coloca a separação. Sendo assim, esse princípio de di-visão e de definição sempre procurará sua visibilidade e sua legitimação. É por isso que Bourdieu sublinha que já na etimologia da palavra se observa sua proximidade com o ato que significa todo manifesto artístico ou político. (BOURDIEU *apud* Benveniste, p.65, 1980).

O discurso regionalista, como todo discurso identitário, é um discurso performativo que procura impor a região delimitada contra a definição dominante, que reconhecida e legitimada a ignora ou já não mais a celebra. Em decorrência disso, esse ato de definição resulta em um ato de revelação e construção, é na sua própria enunciação onde se traz e traça aquilo do que se fala. Esse trazer à tona e esse traço supõem tendências éticas e competências culturais que visam produzir um efeito de conhecimento. Esse efeito de conhecimento envolve, de modo geral, um valor crítico, e em algumas circunstâncias até uma revalorização e celebração. Como resultado disso, o discurso regionalista, em seu amplo sentido, pode se ancorar em uma tendência à conservação –nunca total- ou em uma tendência à transformação das relações das forças simbólicas – o que *in extremis* faz com que se criem as condições para os discursos e os atos separatistas-, dentro do que interessa no plano simbólico. Estas tendências, muito frequentemente, costumam aparecer juntas e quando não o fazem é necessário compreender o momento histórico e os sujeitos envolvidos em tal dinâmica de conservação. Porém, segundo Bourdieu, a reivindicação regionalista enquanto ato identitário representa um ato de revolta contra a dominação dado em suas variadas formas e níveis o que resulta uma força mobilizante de destaque.

Os regionalismos das décadas de 1920 e 1930 representam uma modalidade particular tanto pelo alto nível de consciência refletiva, quanto pela inserção nos seus discursos da questão da memória fragmentada do Estado-nação, quer dizer, da construção das tradições no âmbito do regional. Significam um momento de uma tecnologia e uma teleologia sobre a localização do passado, inscrito na enunciação de um presente em mudanças. Mudanças que dizem à respeito de fenômenos como o da mundialização da economia capitalista e a decorrente reestruturação do Estado-nação, tanto quanto na crise de valores do pós-guerra e na chamada crise das democracias liberais, processos que mesmo sendo mais abarcativos, porém contêm, por sua vez, aos processos modernizadores. Neste sentido, é um conjunto de fatores que produz uma consciência de ruptura e ao mesmo tempo uma consciência acerca do passado.

Interessa pensá-los como formas de imaginar no momento da percepção da mudança, tempo em que se opera uma relação estreita, afirmativa e dita com a tradição e com o étnico como formas de apego ao lugar sólido da construção da subjetividade.

Uma leitura do período informa sobre a emergência dessa nova consciência regional em diferentes países ocidentais, ao mesmo tempo que mostra como juntamente com ela se alteram os modos de refletir sobre o nacional, a identidade regional, a étnica e a cultural, tanto quanto pode se observar o surgimento dos regionalismos separatistas em muitos países europeus. Verifica-se que a questão regionalista, na época, não é um problema apenas latinoamericano, assim como também não é um problema típico de países subdesenvolvidos. A forma histórica do discurso regionalista enunciado a partir das regiões e a do discurso regionalista que sempre teve que levar em conta o Estado-nação são claros indícios e sintomas de uma luta simbólica e real não só pela hegemonia econômica, como o é de fato em muitos casos, mas também pela hegemonia cultural.

Os regionalismos desse período tiveram em Gilberto Freyre e em José Carlos Mariátegui duas figuras teóricas que contribuíram para a renovação da percepção política e social da “região”, assim como também viabilizaram o impacto desses conteúdos dentro da arte literária, plástica e musical, artes produzidas em ou sobre áreas não urbanas ou a partir de artistas não nascidos nas capitais, entre outras questões.

Essas novas teorizações regionalistas assumem existência no marco de uma proposta acerca do nacional, validando assim o que Eve-Marie Fell denominou, no caso da América

hispana, como nacionalismos regionalistas (REF) e que Lúcia Lippi (LIPPI,1983) informa sobre o Brasil do mesmo período.

Os debates políticos e sociais que se produziram no Peru tendiam a uma revisão dos conceitos de centralização e descentralização, na superação das anteriores colocações dos liberais e conservadores. Na interseção, a leitura marxista da realidade peruana criava novos horizontes para repensar a integração das regiões para além do centralismo, do mapa administrativo do país e da hegemonia da capital, Lima. O indigenismo socialista pregava uma crítica contra o idealismo e o positivismo, que, de certa forma, constituíam os alicerces ideológicos que remanejavam, da independência e a instauração da república, um centralismo político e administrativo que, por sua vez, deixava em claro os vínculos entre o poder político da capital e o do interior (o gamonalismo), e com isso, a dominação e estagnação das comunidades indígenas da área andina e o atraso do país. O mapa político-ideológico não difere em muito, no que diz respeito aos conteúdos dos debates, no Brasil. Lippi destaca uma segunda retomada da questão do regional a partir de 1928 e como repercussão do movimento de 22 e do Congresso regionalista de Recife em 1926. (LIPPI, 1983, p.517) Como crítica a um federalismo falso e em resposta a uma unificação –centralização- política que prepara o enfrentamento entre o Centro-sul do país, várias propostas de cunho nacional-regional aparecem como alternativas para a construção de uma cultura nacional, destacando-se entre elas a versão nordestina, a paulista e a mineira. (LIPPI,1983, p.507-23). Entretanto, deve-se levar em conta o fato de que, no Brasil, esse horizonte de debate sobre o regional como substrato da identidade nacional, foi, a partir da década de 1930, uma demanda cara ao fortalecimento do Estado Nacional, o que, em um outro sentido, implica uma disputa simbólica em torno da ideologia oficial, que se encontrava ocupada em articular as bases do ideário nacional (LIPPI, 1983, p.518), não ao margem dela como foi no caso do indigenismo socialista no Peru. Por outro viés e de modo geral, a geração modernista tanto quanto as propostas regionalistas, levantam-se contra o ufanismo e o positivismo, o que em um outro ordem de fatores, resultava em uma denúncia aprofundada desse país atrasado, comandado por uma política incompetente e um federalismo de fachada. (LIPPI, 1983, p.512)

Os discursos regionalistas de Freyre e Mariátegui deram à “região” um complexo sentido de “*locus*”. Se o local é o elemento fundamental de toda identidade enquanto auto-percepção da territorialidade e do espaço pessoal, a região, neles, inscreve-se também, e de forma muito particular, no espaço do temporal, no seu sentido freudiano, de tempo topológico, de resíduo

latente. Mariátegui em seu artigo “Heterodoxia de la tradición” de 1927 sintetiza: “(...) me siento convidado a estrenar una tesis revolucionaria de la tradición. Hablo, claro está, de la tradición entendida como patrimonio y continuidad histórica” (MARIATEGUI, 1983,p.161), e logo após continua:

Quien no puede imaginar el futuro, tampoco puede, por lo general imaginar el pasado.
No existe, pues, un conflicto real entre el revolucionario y la tradición, sino para los que conciben la tradición como un museo o una momia (MARIATEGUI, 1983,p.164)

As reflexões teóricas sobre o regional em José Carlos Mariátegui se encontram muitas das vezes relacionadas a questão do debate sobre a tradição, embora seja no seu principal livro *Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana*, de 1928, no qual a questão do regionalismo apareça estreitamente ligada ao problema econômico-social do país e subordinada a suas propostas sobre o índio e a terra. Nesse sentido, o regionalismo não é colocado como um programa e sim como a expressão de um malestar e uma insatisfação, (MARIÁTEGUI, 1979, p.175) O regionalismo indigenista caminha pelos trilhos da reorganização, na construção de uma nova tradição federal e portanto regional. Quer dizer, o sentido e o uso político do regionalismo em Mariátegui resulta de uma proclama de uma nova nação e de um novo Estado para essa nação. Essa nova peruanidade, não implica um marco zero, mas sim a reconstrução de uma tradição sequestrada e recalçada que deixava de fora da história e por conseguinte da tradição toda a história da população indígena.

Disse Mariátegui:

Los hombres nuevos quieren que el Perú repose sobre sus naturales cimientos biológicos. Sienten el deber de crear un orden peruano, más autóctono.
Este regionalismo (...) es una expresión de la conciencia serrana y del sentimiento andino. Los nuevos regionalistas son, ante todo, indigenistas. (MARIÁTEGUI, 193-4)

Em *Siete ensayos*, a região é um conceito cujo alicerce é a sua própria existência histórica, com tradição genuína. É uma realidade, uma unidade econômica e histórica. A região, em particular a Andina, tem raízes mais antigas que a nação e nela se reúnem os mesmos fatores que configuram uma nacionalidade. Nesse sentido, tem uma história anterior à constituição do Estado-nação a qual juntam-se uma força de resistência e conservação com uma energia plausível de ser entendida como mito primitivo e revolucionário (MARIATEGUI, 1979,p.176-185).

Mas haverá que mergulhar nos seus artigos como crítico de arte e da realidade mundial para perceber, que para além dos protocolos de uma escrita sobre “a realidade peruana”,

Mariátegui reconhece o potencial simbólico que representam as energias subterrâneas da tradição indígena imbrincadas nas experiências vanguardistas da arte. A partir desse material, e de forma avulsa, pode-se dizer que encaminha o debate sobre a crítica da cultura, elaborando uma percepção do tempo e da tradição como um resíduo vivo que impulsiona na direção do futuro (cf. MARIÁTEGUI, 1959).

Freyre, a partir da organização e publicação do *Livro do Nordeste* em 1925 e da organização do “Primeiro Congresso Regionalista” em 1926, captura e inaugura uma demanda e preocupação perante o modo em que esse novo regionalismo e mediante que meios deveria inserir-se na nova realidade –real e simbólica– e, ao mesmo tempo, como ele poderia revitalizar a mudança e o deslocamento do regional. Em um sentido importante o regionalismo de Freyre está comprometido de saída com formas ideológicas de uma via do nacionalismo, o que, por outro lado, observar-se no abandono cronológico do tema regional no seus livros como um eixo preferencial, para passar a redimensionar a história social da nação. Movimento que vai do *Livro do Nordeste* (1925) à trilogia que se abre com *Casa-grande e Senzala* (1933).

O caso espanhol, trazido pelo Mariátegui, ajuda a interpretar ainda mais o significado específico destes regionalismos, mesmo porque Freyre, por sua vez, era um grande leitor dos ensaístas espanhóis da época. A Espanha e a Itália servem como modelo comparativo. Nesses países, as regiões se diferenciam pela tradição, pelo caráter, pela gente e até pela língua. Configuram áreas sócio-culturais que independem da demarcação política. Por sua vez, surgem também da reordenação do mapa mundial econômico, das tentativas de centralização e da crise do Estado-nação liberal e da concomitante crise dos nacionalismos. De modo geral, tendem a se concentrar em modulações regionais “regeneracionistas”, como forma de revitalização da nação política, através da implementação de uma descentralização e de uma nova leitura do passado e da questão étnica. Propondo-se, na maioria dos casos, como regionalismos espanhóis (NUÑEZ SEIXAS, 1994, p.492), iniciam um leque de pesquisas e um laboratório estético, dos quais, Blas Infante, Federico García Lorca e Manuel de Falla resultam figuras emblemáticas do caso Andaluz. (STALLAERT, 1988)

Freyre, também trabalha com a ideia do regionalismo regeneracionista, entretanto, aos poucos, esquecerá a questão da descentralização optando pela reflexão em torno da matriz nacional. Assim, a noção de região está inserida dentro da história do país e é constitutiva da sua formação, pelo tipo de economia, pelos laços sociais que construiu, pelos valores que gerou. É

uma ruína presente com profundidade histórica e social. O regionalismo de Freyre é complementar e relativo à reconstrução do nacional. O fato de fomentar a identidade local, via a sua etnicidade e sua tradição, é um meio para o fortalecimento do nacionalismo e entra no jogo das disputas e das necessidades do mesmo Estado-nação em crise.

O mosaico que representa a tessitura do *Livro do Nordeste* (1925), rasga e clausura o conceito tradicional de regionalismo no sentido de telurismo, com seus viés exotista, para se abrir às múltiplas manifestações da vida cultural de uma região, na revisão do passado e do monumento vivo que é a própria cidade do Recife. Nele, aparecem três artigos de autoria de Freyre: “Vida social no Nordeste. Aspectos de um século de transição”, “A pintura no Nordeste” e “A cultura da cana no Nordeste. Aspectos do seu desenvolvimento histórico”. Duas questões servem para profundizar o sentido do conceito de região em Freyre, por um lado se observa, refletindo sobre o segundo artigo, o contraste que o autor instaura entre a superfície e a profundidade da região: “a paisagem e a vida do NE brasileiro acham-se apenas arranhadas na crosta: nos seus valores íntimos continuam virgens”; por outro, no primeiro artigo, adverte sobre a vontade de restaurar um pedaço do país, cuja glória se esfumara com a mudança do eixo econômico. A questão da profundidade, da ruína está ligada ao resgate do residual latente, emergendo na dicção da intimidade. Por um lado, é na própria escrita desses três artigos na qual se desencadeia a perspectiva histórica e a forma de escrita sobre a tradição. Por outro, é a construção do espaço da região a que permite a Freyre levantar críticas perante as mudanças percebidas, avaliar o teor delas e em um jogo dicotômico, reconstruir essa região. O ato da escrita e sua enunciação, ao mesmo tempo que vão construindo o regionalismo como busca de profundidade, de intimidade e de resgate resultam em um campo de possibilidades para a procura de uma forma de representação da sucessão histórica em um outro espaço temporal possível.

Bibliografia

APPADURAI, Arjun. *Modernity at large. Cultural Dimensions of Globalization*.

Minneapolis, London. University of Minnesota Press.

BOURDIEU, Pierre. “L’ identité et la représentation”, p.63-72, in: *Actes de la*

Recherche en Science Sociales, nu.35 novembre 1980.

BURKE, Peter. “Bricolagem de tradições”, (p.11) *Caderno MAIS! Folha de São Paulo*, Domingo 18 de março de 2001.

DERRIDA, Jacques: *Mal de arquivo. Uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

FREUD, Sigmund. *El malestar en la cultura y otros ensayos*. Madrid: Alianza Editorial, 1996.

FREYRE, Gilberto: *Manifesto Regionalista*. 7^a ed. Org. Fátima Quintas. Recife: Fundação Joaquim Nabuco. Editora Massangana, 1996.

----- . *Livro do Nordeste*. 2^a ed. Arquivo Público Estadual de Pernambuco, 1979.

LIPPI, Lúcia. “As raízes da ordem: os intelectuais, a cultura e o Estado” em: *A revolução de 30. Seminário Internacional*. Rio de Janeiro set. 1980/ Brasília: Editora da Universidade de Brasília, c. 1983.

MARIÁTEGUI, José Carlos: *Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana*. México: Ediciones Era, 1979.

----- . “Heterodoxia de la tradición” (1927) e “La tradición nacional” (1927) em: ----- *Peruanicemos el*

Perú. 8^a ed. Lima: Biblioteca Amauta.

----- . *EL artista y su época*. Lima: Editora Amauta, 1959.

NUÑEZ SEIXAS, Xosé M. “Os nacionalismos na Espanha contemporânea: uma perspectiva histórica e algumas hipóteses para o presente”, (p.489-526) em: *Análise Social*, Quarta série, vol. XXX, nus. 131-132, 1995.

STALLAERT, Christiane. *Etnogénesis y etnicidad. Una aproximación histórico-antropológica al casticismo*. Barcelona: Proyecto A Ediciones, 1998.

